

# “Por que eu não posso ser assim?”

---

Maria Claudia Formigoni

## Resumo

Em uma época na qual predomina o apagamento das diferenças e a segregação surge como efeito, as particularidades de gozo são tomadas como desvios a serem eliminados. Não é por acaso que, na era da criança generalizada, assistimos a diversas formas de violência contra as crianças. Fazer valer sua posição de sujeito é justamente o que potencializa a violência contra elas. Acontecimentos sociais e relatos na clínica nos dão notícias a esse respeito e nos fazem questionar o papel do psicanalista. O que pode um analista diante da subversão sem precedentes responsável pelo apagamento das singularidades que também afeta as infâncias? Essa é a pergunta trabalhada no presente texto, tomando como ponto de partida a discussão sobre o que é uma criança para a psicanálise e suas consequências clínicas e políticas.

## Palavras-chave:

Criança; Segregação; Infâncias; Psicanálise.

## “Why can’t I be like this?”

## Abstract

At a time when the erasure of differences predominates and segregation is the effect, particularities of jouissance are taken as deviations to be eliminated. It is no coincidence that, in the era of the generalized child, we are witnessing various forms of violence against children. Enforcing their position as subjects is precisely what increases the potential for violence against them. Social events and reports in the clinic give us news about this and make us question the role of the psychoanalyst. What can an analyst do in the face of the unprecedented subversion responsible for erasing singularities, which also affects childhoods? This is the question addressed in this text, taking as a starting point the discussion of what a child is for psychoanalysis and its clinical and political consequences.

## Keywords:

Child; Segregation; Childhoods; Psychoanalysis.

## “¿Por qué no puedo ser así?”

### Resumen

En una época en la que predomina el apagamiento de las diferencias y la segregación surge como efecto, las particularidades de goce se toman como desviaciones que hay que eliminar. No por casualidad, en la era del niño generalizado, vemos diversas formas de violencia contra los niños. Hacer valer su posición como sujeto es justamente lo que potencia la violencia contra él. Algunos acontecimientos sociales y relatos en la clínica nos dan noticias al respecto y nos hacen cuestionar el papel del psicoanalista. ¿Qué puede un analista ante la subversión sin precedentes responsable del apagamiento de las singularidades que también afecta a las infancias? Esta es la cuestión que se aborda en este texto, tomando como punto de partida la discusión sobre lo que es un niño para el psicoanálisis y sus consecuencias clínicas y políticas.

### Palabras clave:

Niño; Segregación; Infancias; Psicoanálisis.

## “Pourquoi ne puis-je pas être comme ça ?”

### Résumé

Dans une époque où l’effacement des différences prédomine et où la ségrégation apparaît comme un effet, les particularités de jouissance sont prises comme des déviations à éliminer. Ce n’est pas un hasard si, à l’ère de l’enfant généralisé, nous assistons à diverses formes de violence à l’encontre des enfants. Le renforcement de leur position de sujets est précisément ce qui potentialise la violence à leur égard. Les événements sociaux et les rapports dans la clinique nous donnent des nouvelles à ce sujet et nous amènent à nous interroger sur le rôle du psychanalyste. Que peut faire un analyste face à la subversion sans précédent responsable de l’effacement des singularités qui touche aussi l’enfance? Telle est la question abordée dans ce texte, à partir de la discussion de ce qu’est un enfant pour la psychanalyse et de ses conséquences cliniques et politiques.

### Mots-clés :

Enfant ; Ségrégation ; Enfances ; Psychanalyse.

A psicanálise promove a afirmação da diferença absoluta, a sustentação das singularidades. Abre espaço para as diferenças de gozo e oferece a possibilidade de que o sujeito se separe das amarras dominantes do Outro, dando margem de liberdade ao desejo de cada um. Sua ética é, portanto, antissegregativa e antidominante.

A sociedade atual, porém, vai em outra direção. Vivemos em uma época na qual predomina o apagamento das diferenças. A estreita aliança entre discurso científico e capitalista é responsável pela universalização e homogeneização dos indivíduos, reduzindo-os a objetos de saber. Saberes totalizantes, que encerram o sujeito em conjuntos fechados — o indígena, a mulher, a criança... —, deixando de fora sua singularidade.

Isso não é sem consequências. Essa subversão inédita, já apontava Lacan, em 1967, leva ao “problema mais intenso de nossa época, na medida em que foi a primeira a sentir o novo questionamento de todas as estruturas sociais pelo progresso da ciência”, e com o qual “teremos que lidar, e sempre de maneira mais premente” (Lacan, 1967/2003, p. 360): a segregação.

Na conjuntura atual, somos todos objetos. Estamos na era da “infância generalizada”, e a segregação surge como efeito do apagamento das subjetividades. As diferenças de cada ser falante comprometeriam o funcionamento coletivizante, justificando, assim, a dominação, o abuso de poder, a discriminação e a violência.

Nesse cenário, as particulares de gozo não se contam e, portanto, não são tomadas como medida ética. As manifestações singulares são tidas como anomalias, desvios a serem corrigidos, dissidências, tendo inclusive um alcance social e político (Soler, 2015).

Não é por acaso que, na época da “infância generalizada”, questões relativas à infância estejam tão presentes. Escutamos na clínica e na civilização diversas formas de violência contra a criança — medicar, educar, adaptar, moldar, silenciar, prevenir, oprimir, exterminar.

Apresento a seguir dois breves relatos de situações que levaram à escrita deste texto.

A mãe de um menino de 8 anos decidiu tirá-lo da análise por achar que ele havia “regredido”. Os enjoos, as dores de cabeça e os medos tinham voltado. Para a mãe, prova da ineficácia da análise, e não possível consequência de um não dito que se fazia ouvir: a decisão de retomar tratamentos médicos, alguns bastante invasivos, para corrigir um leve andar na ponta dos pés.

A mãe também queria “consertar” o modo como o filho pronunciava alguns sons e fazer com que tivesse uma “voz mais bonita”. Queria deixá-lo mais parecido com os outros meninos, apagar seu jeito esquisito, suas diferenças. Naquela que foi sua última sessão, desconfiando (ou sabendo) do que estava prestes a acontecer, ele pergunta: por que eu não posso ser assim?

Na mesma semana em que ouvi essa pergunta, veio à tona no Brasil o programa de extermínio dos Yanomami empreendido pelo ex-presidente. Não aceitação

mais do que explícita das diferenças dos povos, dos costumes e das crenças. As crianças Yanomami foram as maiores vítimas desse genocídio.

Ainda há no Brasil marcas profundas da violência constitutiva de nossa sociedade.

Indígenas e negros, sobretudo mulheres e crianças, eram desprovidos de cidadania e seus corpos tomados como objeto de exploração, inclusive sexual. Essa espécie de trauma fundante de nossa sociedade volta, com recorrência, e de modo notável nas questões relativas à infância. (Prates Pacheco, 2015)

As crianças têm a capacidade de transformar, de romper com os universais, de abalar as supostas certezas dos adultos. As infâncias, e cada criança, incomodam, bagunçam, fazem barulho, porque tocam no que há de mais particular no gozo de cada um. “A criança aparece como sintoma que fura a boa ordem do mestre, na medida em que aponta para o seu ‘fora de lugar’ paradoxal” (Prates Pacheco, 2015). A criança resiste, confronta os ideais hegemônicos, tenta sustentar sua diferença. E é justamente isso, o fazer valer sua posição de sujeito, que potencializa a violência contra ela.

O que pode um analista diante desse aniquilamento das singularidades que afeta também as infâncias?

A posição do psicanalista no que tange à criança e às infâncias é fundamental ao enfrentamento da segregação, pois os modos de dizer o que é uma criança têm consequências clínicas e políticas. As crianças sofrem os efeitos do lugar que lhes é reservado. Daí a importância de discutir o que é uma criança para a psicanálise.

Para dar início a essa discussão, apresento uma citação de Neil Postman (1999, p. 11), teórico norte-americano: “Do ponto de vista biológico é inconcebível que uma cultura esqueça sua necessidade de se reproduzir. Mas uma cultura pode existir sem uma ideia social de infância. A infância é um artefato social, não uma categoria biológica.”

A infância, como entendida hoje em dia, nem sempre existiu. Trata-se, como mostra o historiador Philippe Ariès (1973/1981), de uma construção histórica, de um processo de descoberta que envolve aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, vigentes sobretudo no século XVI, os quais se relacionavam com a emergência da burguesia e a necessidade de atender a seus ideais. A infância é, assim, uma realidade ideológica, uma invenção da modernidade.

Na transição do feudalismo ao capitalismo, valores individuais ganharam destaque. Deu-se maior importância à privacidade, ao núcleo familiar e ao próprio indivíduo: sua saúde, capacidade de trabalho, sua moral, seu desenvolvimento e também sua infância. Com isso, a criança passou a ser considerada um indivíduo com personalidade própria e o devir do adulto. Dessa forma, a valorização das

crianças aumentou significativamente, fazendo com que fosse dado a elas um lugar particular.

Vários discursos científico-sociais a respeito da criança e da infância surgiram. Neles, destaca-se a ideia de que as crianças são seres frágeis e inocentes, que precisam de cuidados especiais para que tenham um bom desenvolvimento, tendo o ideal adulto (maduro, educado, desenvolvido) no horizonte. Agencia-se um saber sobre a criança, objeto cujos distintos momentos históricos tentam totalizar por meio de suas concepções.

A psicanálise não caminha nessa direção.

Freud, com suas elaborações acerca da sexualidade infantil e sua importância na causação da neurose, abalou a idealização cultural que existia em torno da infância. Ao abandonar a teoria da sedução e dar lugar à teoria da fantasia, provocou outro abalo. A passagem de uma cena de sedução traumática — como fator externo —, ocorrida na infância, para a fantasia, algo que implica o sujeito e seu desejo, traz implícita a ideia de que não há inocência, e de que há responsabilidade.

Freud estabelece, assim, uma descontinuidade radical entre infância e infantil, sendo esse uma especificidade da psicanálise. Infantil como aquilo que resta do encontro com a linguagem; marca de gozo ineliminável, irredutível e que aponta para a posição estrutural do sujeito.

Vemos, assim, que infância é uma concepção exterior à psicanálise. Sua inclusão paradoxal no campo psicanalítico é correlata à formulação do infantil freudiano. Isso, porém, não nos impede de falar sobre as conjunções, e disjunções, entre psicanálise e infância. E também esclarece por que não falamos em psicanálise das crianças, e, sim, com crianças.

No senso comum, criança é um ser em desenvolvimento, inadaptado e dependente. Pensada a partir dessa perspectiva desenvolvimentista e maturacional, fica em posição objetificada, favorecendo um aniquilamento que atende aos interesses do discurso dominante.

Para a psicanálise, a criança é igualmente um sujeito: falante; falado; dividido pelo significante; faltante; desejanse. A noção de sujeito viabiliza, então, que seja superada a divisão criança e adulto, não havendo, em termos analíticos, distinção entre eles.

A diferença está no fato de que a prematuridade biológica coloca a criança na dependência do outro para que possa sobreviver. Ela fica assujeitada — no lugar de objeto — ao desejo do outro. Isso é estrutural, e estruturante, mas não significa que, de saída, sua posição de sujeito não se apresente.

Quero destacar, justamente, essa dupla vertente da criança: objeto/sujeito.

Do lado do objeto, podemos pensar a clínica do ponto de vista da posição em que nos aparecem os filhos no lugar de objetos fantasmáticos para suas mães; ou aqueles que se fazem de objeto para o gozo do Outro... De outro

lado, temos o sujeito, dividido, cuja solução sintomática é um pedido de socorro para que encontre uma via possível de separação em relação ao sentido do Outro, que aprisiona e não oferece margem de liberdade ao desejo. (Prates Pacheco & Oliveira, 2016, p. 13)

É inegável o benefício que tem uma criança cujo pedido de socorro pode ser ouvido, e não calado com remédios, tratamentos invasivos, agressões...

O sintoma da criança incomoda, atormenta, faz sofrer, fura, bagunça, causa. Escutá-lo e oferecer espaço para que seja tratado é um meio de fazer valer sua posição de sujeito. Porém, muitas vezes a própria concepção social de infância acaba por favorecer que a criança — tida como um ser em desenvolvimento, imaturo, inadaptado e dependente — fique em uma posição objetificada. Ela não teria muito a dizer. Contudo, uma série de discursos falam sobre “A criança” e portam um saber sobre a infância.

“A criança enquanto objeto da educação, do progresso e do desenvolvimento é efeito desse discurso” (Prates Pacheco, 2015). No seminário sobre a ética, Lacan assinala o risco de que analistas que se deixem levar pelos ideais vigentes façam da clínica com crianças uma profilaxia e uma ortopedia. Nesse sentido, a interpretação teria que ser de outra ordem que não a propriamente analítica, e, sim, de uma preocupação educativa ou pedagógica (Sauret, 1997).

Outra consequência desse modo de entender a criança seria a desqualificação de seu saber. “É uma criança, não sabe o que diz” corresponde à dessubjetivação empreendida pelo discurso capitalista. Negar a relação que uma criança pode ter com o saber, além de afetar sua inserção social, faz com que, não raro, seja desconsiderada como um analisante por inteiro.

Isso tem consequências para as crianças, para as infâncias, para a clínica e para a política. Atravessa aquilo que a psicanálise sustenta eticamente: a criança é um sujeito.

Para enfrentar a segregação, os analistas não devem, em hipótese alguma, sobrepor a ideia de criança (que corresponde a uma objetificação que atende aos interesses da conjuntura da época) à noção de sujeito. É preciso reconhecer e sustentar que há ali um sujeito, impossível de ser universalizado. Só assim a criança e as infâncias poderão resistir.

A psicanálise com crianças é uma aposta política diante da segregação. Aposta na possibilidade de que cada um possa sustentar a alegria de estar à margem.

## Referências bibliográficas

- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. (Trabalho original publicado em 1973)
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1959-1960)
- Lacan, J. (2003). Alocução sobre as psicoses da criança. In J. Lacan. *Outros escritos* (pp. 359-368). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1967)
- Postman, N. (1999). *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia.
- Prates Pacheco, A. L. (2015). A criança como sintoma: mal-estar no Brasil. Recuperado de [https://psicanaliseautismoesaudepublica.files.wordpress.com/2015/06/a\\_crianc3a7a\\_como\\_sintoma\\_analaurapratespacheco.pdf](https://psicanaliseautismoesaudepublica.files.wordpress.com/2015/06/a_crianc3a7a_como_sintoma_analaurapratespacheco.pdf)
- Prates Pacheco, A. L., & Oliveira, B. (2016). *Criança: objeto ou sujeito – 15 anos da Rede de Psicanálise e Infância do FCL-SP*. São Paulo: Escuta.
- Sauret, M. J. (1997). *O infantil & a estrutura*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Soler, C. (2015). *Lo que queda de la infancia*. Buenos Aires: Letra Viva.

**Recebido:** 01/06/2023

**Aprovado:** 15/06/2023